

do heridas profundas que hasta ahora no cicatrizan.

Desde los incidentes en Llave ya no cabe duda que el actual gobierno peruano ha entregado alegremente –casi como un reflejo temeroso, emblemático para su extrema debilidad y desorientación– uno de los últimos bastiones reservados exclusivamente para el Estado, que es el monopolio sobre el poder ejecutivo y el control sobre la ejecución de violencia. Parece ser el comienzo de un amargo trecho final en el camino hacia un Estado fracasado, categoría marginada del diseño de la famosa Global Governance y, por tanto, excluida del concierto de la política internacional.

Perspectivas

Efectivamente, el escenario no brinda perspectivas de color rosa, por lo menos a corto plazo hasta las elecciones presidenciales en 2006. Más bien, por el momento la descomposición del Estado peruano parece plasmarse en la proliferación de la irresponsabilidad y prepotencia como conducta generalizada que caracteriza el día a día en el espacio público. Así por ejemplo, los linchamientos de ladrones en los pueblos jóvenes, espectáculo horroroso casi a diario, son un vivo ejemplo que confirma el potencial de violencia disponible frente a la inoperatividad del Estado. ¿Por qué entonces, hasta ahora en el Perú no se ha producido una situación parecida a la de Bolivia o Argentina, sólo para mencionar dos ejemplos, donde se vivió el clima de anarquía generalizada a partir del desmoronamiento estatal y gubernamental? La respuesta se encuentra probablemente en una economía en crecimiento que en los últimos años ha producido indicadores macroeconómicos favorables (balanza comercial positiva, crecimiento de exportaciones etc.), que contrastan con la crisis en el plano político.

Sin embargo, si el pueblo peruano no toma conciencia de la importancia de las elecciones en 2006 como una oportunidad más (tal vez la última) para restaurar el sistema político democrático y así lograr la modernización del aparato estatal, el Perú podría acercarse peligrosamente a aquellos Estados africanos, que, impulsados en buena parte por la cleptomanía de sus elites, se hundieron en anarquía y violencia, y que actualmente forman la mayoría del conjunto de los Estados fracasados. Indicadores que confirman esa posibilidad aportan las numerosas encuestas sobre quién debería ocupar la jefatura del Estado, y dónde –¡vaya sorpresa!– el ex-presidente y actualmente prófugo Alberto Fujimori figura como puntero.

Dr. Andreas Steinhilf, antropólogo, se desempeña actualmente como asesor en la Oficina de Estrategia y Políticas en el Ministerio de Agricultura de Perú en Lima, en el marco del programa "Expertos Integrados" de la Cooperación Alemana (CIM). Se ocupa de los temas de fortalecimiento de capacidades regionales en la descentralización del sector público agrario y desarrollo rural-territorial. Correo electrónico: a.steinhauf@infonegocio.net.pe.

Stephan Hollensteiner

Elites na América Latina (Congresso Anual da ADLAF, 2004)

Ao falar das "elites na América Latina", pensa-se logo em intelectuais eloqüentes, políticos corruptos ou fazendeiros poderosos. Mas nem todos os estereótipos são ainda válidos. A reflexão sobre as elites implica sempre a pergunta pela

sua orientação e o seu papel na política e na sociedade. Na América Latina as elites são consideradas tradicionalmente divididas entre os seus próprios países e Europa e os EUA, e consideradas como culpáveis dos problemas econômicos e sociais do continente, do clientelismo à distribuição desigual da renda. Mas também as mudanças mais recentes (e em partes positivas), como as transições para a democracia nos anos 70 e 80 ou as mudanças estruturais na década dos 90, se iniciaram por uma nova elite, hoje em dia desafiada pela globalização.

“Elites na América Latina” foi também o tema do congresso anual da ADLAF em novembro do ano passado, que teve lugar na Academia da Fundação Konrad-Adenauer em Berlim. 250 estudiosos da América Latina, na maioria cientistas sociais, e uma dezena de convidados latinoamericanos, debateram durante quase três dias “the state of the arts” – sem nunca superar as dúvidas com respeito ao próprio tema. A mesa redonda de abertura foi consagrada a “conceitos, imagens e auto-imagens”, isto é ao esclarecimento histórico e conceitual. Frente às muitas definições do conceito (p.ex. *Funktionselite*, *Machtelite*, *Positionselite*), o jurista e politólogo Peter Waldmann (Universidade Augsburg) sugeriu que o termo colocava mais perguntas do que dava respostas. Olhando para a história social e política do continente, outros foram ainda mais pessimistas. Segundo o filósofo argentino Ernesto Garzón Valdés, o domínio da elite política oligárquica sobre as elites intelectuais progressivas há séculos freia o progresso e a democracia. Também para o sociólogo peruano H.C.F. Mansilla, idealizador da época dos fundadores liberais, as elites do continente têm bloqueado muitos progressos fundamentais. Desde os anos 30 domina uma plutocracia que mistura orientações clientelistas e populis-

tas, antigas e modernas. Embora enriquecedoras a nível histórico, estas análises – como as dos demais participantes da mesa redonda – deixaram de esclarecer a situação e as mudanças atuais. Desta forma, o primeiro dia terminou com um mal estar coletivo – o conceito ficou vago e polifacetado demais, sem deixar claro que ou quem, finalmente, era o objeto de estudo: Os que no Estado e na economia tomavam as decisões, ou no sentido mais amplo, também os que veiculam os discursos e a opinião pública?

O segundo dia foi dedicado ao trabalho nas três seções e aos (mais de dez) estudos de caso. Estes trataram sobretudo – além de algumas exceções como a historiadora argentina Hilda Sabato, que iluminou o surgimento de uma „elite republicana“ na segunda metade do séc. XIX no Cone Sul; ou do politólogo Nikolaus Werz, que analisou as relações entre América Latina e o Exterior entre “latinoamericanismo e globalização” – das últimas três décadas. Como atuavam as elites no contexto da “dupla transição”, isto é a mudança política para regimes democráticos, e das reformas econômicas de caráter neoliberal? Não por acaso Chile e México, onde estas reformas foram executadas com mais consequência, foram os países mais estudados. Varias palestras mostraram que em ambos estes países surgiu uma nova elite tecnocrata que combina valores e comportamentos modernos com tradicionais. De um lado, os economistas – na maioria formados nos EUA – já internalizaram os critérios de eficiência e racionalidade da lógica global; de outro lado, continuam cuidando as suas relações informais e pessoais, para assegurar recursos políticos a nível regional. Porém não ficou claro em que medida estas elites freiam ou fomentam a consolidação democrática e o desenvolvimento sustentável. Duas análises sobre as orientações políti-

cas de elites parlamentares – um estudo de longa duração, coordenado pela Universidade de Salamanca, sobre parlamentares de todos os países le língua espanhola, e uma pesquisa do Instituto de Estudos Íbero-Americanos de Hamburg sobre os senadores no Cone Sul – mostraram que a maioria das elites parlamentares tem, apoiam e consolidaram padrões e valores democráticos. Se estes trabalhos impressionaram pela quantidade de dados empíricos, a interpretação qualitativa deixou (às vezes) a desejar. Ficou aberta, sobretudo, a relação entre valores e comportamento político; isto é, em que constelação institucional e com que alianças os deputados podem de fato influir o outcome em política e sociedade?

Graças a uma dramaturgia feliz, no final do segundo e no início do terceiro dia foram apresentados alguns trabalhos que melhor conciliaram as perspectivas quantitativas e qualitativas, micro e macro. Não por acaso os autores - as antropólogas mexicanas Larissa Lomnitz e Marisol Perez Lisaur (UNAM), o cientista político Günter Maihold (Fundação Ciência e Política - *Stiftung Wissenschaft und Politik*) ou o historiador Walther Bernecker (Universidade Erlangen-Nürnberg) – adotaram o método interdisciplinar. As suas palestras, tratando das novas elites e das mudanças sociais, econômicas e políticas no México, também traçaram os pontos cardeais entre os quais uma pesquisa sobre elites na América Latina deveria se orientar. De um lado a tensão entre as reformas do Estado Nacional e a dinâmica da globalização, na qual as elites latino-americanas estão se tornando, devido a sua formação e os seus valores, cada vez mais um ator global, sem perder os vínculos regionais e nacionais. Por outro lado, as relações com uma mídia marcada por interesses comerciais e particulares, sem esquecer que ela e os seus empresários

muitas vezes contribuem para a ascensão ou queda de uma elite.

Também a mesa redonda final, dedicada ao tema “Fomento de elites, Cooperação para desenvolvimento e Política exterior cultural”, acabou colocando mais questões. Os representantes das instituições públicas alemãs – entre outros Ingrid Hoven do Ministério Federal para a Cooperação Econômica, Dr. Wilhelm Hofmeister do Escritório no Brasil da Fundação Konrad-Adenauer, Hans-Georg Thönges do Instituto Goethe em Munique – ressaltaram que seu trabalho se baseia, desde sempre, no conceito amplo e dialógico de elite. Frente aos vários fracassos num continente sempre considerado como parceiro privilegiado, mencionaram os sucessos parciais em relação à consolidação democrática e ao fortalecimento da sociedade civil. Ficou claro que somente um conceito de elite ampliado por uma dimensão cultural pode esclarecer alguns resultados positivos, tais como o surgimento de espaços públicos críticos a nível local, que a longo prazo influirão na cultura política e nos processos eleitorais nacionais. Representando a quase todos, Peter Birle (Instituto Iberoamericano de Berlin) enfatizou que a elogiada capacidade de diálogo da Alemanha com a América Latina não permitiu mais cortes institucionais ou financeiros, nem nos institutos de pesquisa sobre o continente no Alemanha, nem nos escritórios na América Latina das organizações intermediárias alemãs.

Embora se tenha ressentido até o final certo ceticismo frente ao tema e à distribuição regional desigual dos estudos de caso (sentia-se falta sobretudo de estudos sobre Argentina, Brasil e América Andina), o congresso da ADLAF foi agradável e produtivo. Teria sido muito interessante, sem dúvida, ter convidado um representante das novas elites políticas ou econô-

micas, além dos tecnocratas do Chile ou do México, além de um membro do governo de esquerda no Brasil. Também teria sido necessário estudar e pensar as elites politicamente não corretas, isto é sobre os vínculos entre política, economia e narcotráfico no Brasil ou na Colômbia. Mesmo assim o congresso confirmou que qualquer discussão sobre as elites – por causa da sua função central na hierarquia de poder – é um prisma que reflete os aspec-

tos fundamentais da sociedade e política de um país, para logo se discutir sobre a democracia, economia e cultura política. Isto tornou (e torna) os debates enriquecedores – e muitas vezes sem limites.

***Stephan Hollensteiner** é doutor em ciência política. Atualmente trabalha no Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) em Rio de Janeiro. Correo electrónico: stephan@daad.org.br.*